

ALAVANCA 40^h NO MÁXIMO!

Acordo de Rendimentos para 1992
 é mesmo mau

21 DE MARÇO TODOS À RUA

Dia 21 de Março vamos participar nas manifestações marcadas contra o «Acordo», por melhores salários, pelas 40 horas no máximo, por menos impostos, pela solidariedade e pela democratização do ensino e da sociedade.

Mau. Muito mau. É assim o «Acordo» de Rendimentos para 1992.

Para além do processo negocial ter sido uma farsa, o «Acordo» apresenta valores para aumentos salariais verdadeiramente inaceitáveis. Ninguém pode aceitar os 9,75 por cento de aumentos salariais médios, previstos no «Acordo». É um escândalo!

É inaceitável o retrocesso nos valores da solidariedade, assim como é incompreensível que se tenha feito tábua-rasa dos compromissos assumidos em matéria de horários de trabalho. Uma coisa, no entanto, é certa. A luta dos trabalhadores já está e vai continuar a «cilindrar» o «Acordo».

O Governo é o grande responsável pela conflitualidade social.



Rui Gustavo

TEMPOS DE LUTA

12 de Fevereiro 18 de Fevereiro

As lutas do passado dia 12 de Fevereiro demonstram que a onda de descontentamento que varre o país é crescente.

Em grande espírito de unidade, os trabalhadores deixaram ficar claro ao Governo que não aceitam a sua política de contenção salarial e que as promessas feitas são para cumprir.

Por todo o país se ouviu o lema: «Mais salários, menos horário».

Vítimas da mais gritante injustiça e atitude discriminatória, os trabalhadores da Administração Pública cumpriram, no dia 18 de Fevereiro, uma das maiores greves de sempre.

Mais de 375 mil trabalhadores disseram não à política do Governo para o sector, deixando ficar claro que não aceitam o «Acordo» cozinhado no CPCS.

Para além da Greve Geral da Administração Pública, o dia 18, foi um dia de convergência de lutas. Um grande dia.

EDITORIAL

Temos razão! Lutaremos

Estamos perante uma grande afronta aos trabalhadores.

O Governo e o patronato, com a atitude submissiva da UGT e com eco em apenas alguns, poucos, órgãos da Comunicação Social, teimam em «vender» como bom o chamado «Acordo de Rendimentos e Preços para 1992», no dizer de Cavaco Silva Acordo Histórico da Concertação.

Nenhum português de bom senso acredita nas metas para a inflação apontadas pelo Governo para 1992. Nem o próprio Governo, que à Comunidade Europeia diz que são 9,5%, para já não falar da reconfirmação da OCDE que fala de 10,5% de inflação para 1992.

Mesmo com aritmânhas, numa tentativa de que a «montanha» (leia-se realidade, inflação, etc.) «baixe até Moomé» (leia-se Governo, Patronato, novas fórmulas para apuramento de inflação, etc.), a inflação não será inferior a 9,5%. Para isso, seria preciso que não tivesse havido os aumentos que já houve e os aumentos que vai haver, por efeitos do IVA, numa quantidade significativa de produtos de primeira necessidade.

Cavaco Silva está a mentir. Esqueceu já as promessas eleitorais. Por vontade dele e do Governo, em 1992 os trabalhadores portugueses ficariam mais longe da Europa.

Os aumentos salariais médios não chegarão aos dois dígitos, os trabalhadores da Administração Pública seriam discriminados, a fiscoalidade aumentaria, os portugueses veriam agravar-se a distribuição do rendimento, os trabalhadores veriam os seus salários mais longe dos salários médios europeus.

A CGTP-IN e os seus sindicatos, os trabalhadores, todas as forças progressistas, não vão, não podem, aceitar tais objectivos. Por isso, vamos mesmo lutar.

A massa salarial, em 1992, mesmo contra a vontade do Governo e do patronato, irá crescer mais de 14%.

Para isso, vamos todos lutar em unidade de acção, vamos todos manifestarmos na rua, em Março, demonstrando o nosso repúdio pelo Acordo e o nosso querer dumha sociedade mais justa e mais solidária.

Os objectivos são justos. A razão está do nosso lado. Vamos lutar!

Mulheres

Um novo olhar sobre o desenvolvimento

A concretização do Mercado Único já está a colocar imensos problemas nalguns sectores de actividade, com particular gravidade, dadas as suas dimensões sociais, no sector têxtil.

Indústria tradicional, implantada em zonas rurais-operárias e extremamente concentrada, de raiz e gestão familiares, a indústria têxtil cresce ou por fazer apelo a grande quantidade de trabalhadores, homens e mulheres e a basear a sua produção e a sua riqueza, no baixo custo dos salários que pagava. Para quê investir milhares e milhares de contos em maquinaria moderna se com a que tinham conseguiam produzir, colocar e vender os seus produtos? Se conseguiam estar bem na vida?

Esta foi a mentalidade de muitos patrões têxteis durante muitos anos e o resultado está aí bem à vista: riqueza pessoal garantida nas suas fábricas na falência e ou em dificuldade permanente arrastando com elas, as mulheres e homens que, durante a vida inteira, lhes deram os seus saberes, a sua saúde, o melhor das suas vidas.

Desemprego, reformas miseráveis, para grande parte, indemnizações para alguns e instabilidade e inse-

gurança para muitos outros, eis a realidade.

Diz-se-á: os imperativos da modernização, do desenvolvimento, como se de uma fatalidade se tratasse. Nada mais falso!

A modernização, necessária sem dúvida, deve estar ao serviço do desenvolvimento mas do desenvolvimento total, na sua dimensão política, económica, social e cultural.

O que implica uma dimensão humana ou seja que respeite os direitos e que responda às necessidades das populações, nomeadamente dos trabalhadores.

Estamos ainda muito longe desta concepção de desenvolvimento mas é por ela que os Sindicatos e a Federação parecem estar dispostos a lutar.

E por ela que assentam a sua acção na defesa do emprego dado que consideram este com um dos pilares do desenvolvimento. Defendem o emprego mas não um emprego qualquer, um emprego de é com qualidade.

É por isso que reivindicam salários dignos, condi-

ções de trabalho, saúde e higiene, menos horas de trabalho e formação profissional como deve ser. E por isso que defendem e lutam para que o trabalho contínuo e por turnos e, sobretudo, o trabalho nocturno seja condicionado ao estritamente necessário e mesmo assim, garantindo a máxima protecção dos trabalhadores.

Na luta por um verdadeiro desenvolvimento não esquecem que grande parte dos trabalhadores que laboram nos sectores têxtil, vestuário e calçado são mulheres.

Reconhecem que são elas as mais atingidas, aqui e nos restantes países da CEE, com a reestruturação e modernização dos sectores por que, apesar de tão falada igualdade, são elas as mais marginalizadas no processo de desenvolvimento. E, no entanto, o seu papel é fundamental neste mesmo processo e em todas as sociedades.

É por isso que julgam indispensável eliminar as discriminações ainda existentes no acesso ao emprego e no trabalho e lutar para que tenham novas oportunidades que nas nossas indústrias tradicionais, quer noutras áreas. Mais, entendem ser importante assegurar igualmente o acesso das mulheres à educação e a todos os

graus de formação incluindo a formação profissional e exigir medidas que facilitem a partilha de responsabilidades familiares como igualmente outros, que visem a criação de infra-estruturas sociais de apoio às famílias e que simultaneamente contribuam para a mudança de atitudes e de comportamentos ainda muito enraizados dentro de nós e na sociedade relativos ao papel das mulheres e dos homens dentro e fora da família.

E é nesta perspectiva que a maternidade e a paternidade são equacionadas como valores sociais e que poderão ser assumidas como tais.

Em suma, reconhecem ser ainda muitos os obstáculos que, apesar dos avanços registados, separam mulheres e homens na construção do presente e do futuro e que impedem um verdadeiro desenvolvimento.

Participantes e beneficiários desse desenvolvimento é o que querem para todos os trabalhadores, em igualdade de oportunidades a todos os níveis e em todos os domínios da sociedade: no emprego, na profissão, nos salários, nas carreiras, na educação e no saber, na participação, na discussão e na decisão.

Helena Policarpo

Trabalho nocturno de mulheres Mudar para pior

O trabalho nocturno tem, sem dúvida, enormes desvantagens e provoca efeitos nefastos na saúde física e psíquica dos trabalhadores.

A CGTP-IN sempre se opôs à vulgarização do trabalho nocturno, admitindo-o apenas em casos excepcionais de absoluta necessidade de ordem social e tecnológica.

Portugal ratificou em 1961 a Convenção 89 da OIT que proíbe o trabalho nocturno das mulheres na indústria.

Em 1990, a OIT aprovou um Protocolo a esta Convenção nos termos do qual os países podem aceitar excepções ao trabalho nocturno das mulheres, desde que seja acordado entre organizações sindicais e patronais.

Nesse mesmo ano, a OIT aprovou uma outra Convenção (171) que admite o trabalho nocturno em geral, sem distinção do sexo e prevê simultaneamente um conjunto de medidas de protecção ao trabalho nocturno.

Governo quer denunciar a Convenção 89

Nem agora o Governo anunciou aos parceiros sociais que é sua intenção denunciar a Convenção 89 e ratificar a 171.

A CGTP-IN opôs-se à denúncia da Convenção 89, apresentando os seguintes motivos:

— A Convenção 89 e o respectivo Protocolo permitem já que de uma forma participada, se admite, em certas condições o trabalho nocturno das mulheres na Indústria. Apenas se exige, e correctamente, uma análise caso a caso e uma ponderação séria das circunstâncias em que esse trabalho vai ser desenvolvido (ninguém desconhece certamente o enorme défice de estruturas sociais de apoio às mulheres e às crianças).

Por isso a solução adoptada pelo Protocolo à Convenção 89 é, no entender da CGTP-IN, a mais correcta. Quanto à Convenção 171, na medida em que prevê importantes medidas de protecção aos trabalhadores nocturnos, pensamos que, também deve ser ratificada.

Rosa Brandão

Primeira Conferência Interjovem

Agir para transformar

A 28 e 29 de Março, o Porto vai ser jovem. É lá que se reúne a Primeira Conferência Interjovem. No centro do debate estarão «os jovens e o mercado de trabalho» e o reforço do papel daquela organização juvenil da CGTP-IN.

A Primeira Conferência Interjovem irá decorrer no Porto, nos dias 28 e 29 de Março, sob o lema «Agir Para Transformar». Nesta iniciativa os jovens trabalhadores vão debater os seus problemas e decidir as reivindicações a fazer ao Governo e ao patronato e vão analisar e decidir sobre a estrutura e a actividade da Interjovem para os próximos três anos. Serão, também, debatidos o ensino e os trabalhadores-estudantes, a habitação, o ambiente, a Comunidade Europeia e o Serviço Militar e a Comunidade Europeia.

Os jovens e o mercado de trabalho será, naturalmente, um dos pontos importantes da Conferência. A situação dos jovens face ao emprego é marcada por um conjunto de factores que, interliga-

dos, condicionam a realização de projectos de vida numa fase determinante da afirmação da sua personalidade. Entre esses factores destacam-se a precarização acentuada do emprego e da relação laboral, os baixos salários, a insuficiente ou inadequada formação profissional e uma faixa de desemprego significativa.

Constituindo 22% da população portuguesa, os jovens entre os 15 e os 29 anos estão divididos em 4 segmentos: 64% na população activa; 27,5% são estudantes; 1,6% estão no SMO e 4% são domésticas/os).

Os últimos anos, particularmente desde 1987, têm sido marcados por uma intensa campanha propagandística do Governo dirigida aos jovens onde pontifica a apologia do indi-

vidualismo, do jovem de sucesso, do salve-se quem puder e criando a ilusão de que existe uma política de Juventude. A realidade demonstra que assim não é.

No mercado de trabalho é generalizada a precarização do emprego e os níveis precarizantes de trabalho infantil. No ensino são os elevados índices de abandono escolar motivado fundamentalmente por razões económicas, é a acentuada elitização no acesso ao ensino superior, é o cerco cada vez mais apertado aos trabalhadores-estudantes para frequentar as aulas. Adquirir uma casa é um sonho que a maioria dos jovens não vê realizado.

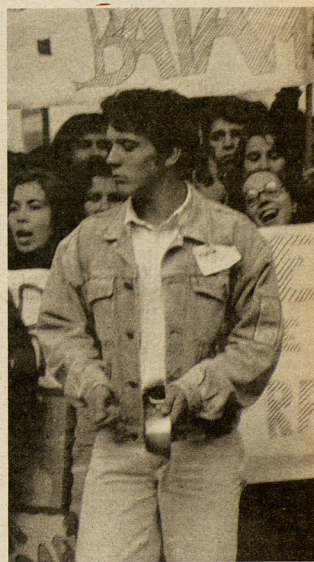
São realidades do quotidiano dos jovens que contrastam com focos de ostentação de riqueza e do lucro que evidenciam as injustiças sociais.

No plano da Comunidade Europeia, a adopção de medidas a nível económico, político e, com muito mais timidez, a nível social não é acompanhada por uma informação aos portu-

gueses, particularmente aos jovens, sobre as implicações destas medidas. De igual modo não há uma política de formação profissional articulada com as necessidades de preparação dos jovens que lhes permita enfrentar a livre circulação em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores dos restantes países da Comunidade.

Importante desafio se coloca hoje aos Sindicatos — conhecer as motivações, exigências, posicionamento face à sociedade e ao sindicalismo da geração de trabalhadores do pós 25 de Abril. Este conhecimento é fundamental para permitir uma intervenção no sentido de renovar e rejuvenescer as estruturas sindicais para responder aos desafios do futuro.

Neste plano a Conferência definirá um conjunto de orientações a propor aos Sindicatos com vista a reforçar o seu trabalho com os jovens e definirá o espaço e formas de intervenção da Interjovem para os próximos 3 anos.



ALAVANCA
FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de edição: Mário Rui Ferreira; Redacção: Hermínio Fernandes, Gonçalo André, Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Helena Policarpo; Fotografia: João Silva; Grafismo e maquetagem: Rui Pereira; Cartoons: Humberto Santana; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 83 500; exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Hestia Portuguesa, SA; Depósito Legal: 43 077/91; Morada: Rua Vitor Gordon, n.º 1, 2.º — 1294 Lisboa Codex; Telex: 347 21 81 — FAX: 347 21 89 — Telex: 13 672. Nota: O jornal Alavanca tem constituído um Conselho Editorial. Na próxima edição serão divulgados os nomes dos membros desse Conselho.

Jornada de luta de 12 de Fevereiro

A onda está a crescer



Luis Vasconcelos

A grande participação dos trabalhadores na jornada de luta de 12 de Fevereiro provou que a onda de descontentamento cresce. E com ela a luta.

A política neoliberal do Governo vai ter uma resposta à altura.

Fazer crescer os salários reais, provocar o desbloqueamento dos processos de contratação colectiva e exigir a fixação do salário mínimo em 50 mil escudos e uma redução geral dos horários de trabalho são as razões fundamentais que fizeram convergir para dia 12 de Fevereiro um vasto conjunto de acções

de protesto e luta que abrangerá todo o país.

Esta jornada, que foi convocada pela CGTP-IN, foi também uma forma de protestar contra os recentes aumentos dos preços de bens essenciais e uma redução geral dos horários de trabalho são as razões fundamentais que fizeram convergir para dia 12 de Fevereiro um vasto conjunto de acções

Embora convergentes, estas acções assumiram formas que variaram de sector para sector, de região para região e de empresa para empresa.

Assim, houve grandes concentrações nas principais cidades do País. Em Lisboa, milhares de trabalhadores desfilaram, ao fim da tarde, do Rossio a S. Bento onde encheram a praça fronteiriça.

No Porto, naquela que foi considerada a das maiores jornadas de luta dos últimos tempos, os trabalhadores desfilaram pela Av. da Boavista até à delegação do Ministério do Emprego. O mesmo aconteceu em Setúbal, Coimbra, Aveiro, Viseu,

Santarém, Castelo Branco e outras.

E de realçar o enorme número de paralisações de empresa verificadas em sectores que vão da metalurgia aos têxteis, passando pela construção civil, conservas, cortiças, químicos, cimentos e outros.

Esta jornada de luta deu, pela sua dimensão, nota do descontentamento generalizado que grassa pelo país.

É indubitável, hoje, que a luta dos trabalhadores regista forte tendência para crescer. A política neoliberal do Governo vai ter uma resposta à altura. Aliás, já está a tê-la.



Metalomecânica pesada em greve

A Mague, Sorefame, SMM e Sermage fizeram greve no passado dia 13, seguida de concentração frente à holding Senete para protestarem contra a política de desmantelamento do grupo — a que também pertencem a Sepas e Metaline — bem como pela manutenção dos postos de trabalho.

Numa resolução que foi entregue à direcção da Senete também é repudiada a política de leilão que o Governo fez e continua a fazer, do património do Estado.

Suspensas negociações na INCM

Os trabalhadores da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM, EP) também estão em luta. A empresa suspendeu as negociações, alegadamente por ter recebido orientações do Governo.

Entretanto, a implementação das matérias relativas a categorias e carreiras, em que já houve consenso, continua por fazer.

A greve do dia 18 na empresa registou 70 por cento de adesão, com a produção completamente paralisada.

Greves dias 23 e 28 no Complexo Petroquímico de Sines

Os trabalhadores da Petroquímica de Sines entraram em greve de 24 horas nos dias 23 e 28 deste mês, em defesa de aumentos salariais e melhoria do subsídio de turnos.

A Administração pretende impor um aumento salarial de 10,75% e rejeita negociar outras matérias, designadamente a melhoria do subsídio de turnos.

A FEQUIFA — Federação dos Sindicatos da Química, Farmacéutica, Petróleo e Gás, pelo seu lado defende um aumento da massa salarial global que permita garantir o crescimento real dos salários e, também, a actualização do subsídio de turnos.

O Complexo Petroquímico de Sines integra as empresas Neste Polímeros e Neste Produtos Químicos, empresas do Grupo Finlandês Neste Oy e no qual laboram cerca de 1100 trabalhadores.

Em 1990, o Grupo Neste Oy apresentou lucros de 132 milhões de contos e em 1991, 87 milhões de contos.

O direito ao trabalho na FISEL

A União dos Sindicatos da Guarda, quando dia 12 se dirigiu ao Governo Civil para apresentar o seu protesto pelas medidas anti-populares e pelas promessas não cumpridas dos Governos PSD, incluiu com destaque a situação do sector têxtil dando particular relevo à situação dos salários em atraso na FISEL e as dificuldades acrescidas destes trabalhadores em suportarem os aumentos impostos por um orçamento de estado que pretende pagar facturas à clientela política com os impostos de quem trabalha.

A adesão à greve do dia 13 mostrou a firmeza e a determinação dos trabalhadores da FISEL pelo que há de mais sagrado: — o direito ao trabalho remunerado e com direitos.

Carvalho da Silva impedido de entrar no Arsenal do Alfeite

A Administração do Arsenal do Alfeite decidiu recusar a entrada naquele estabelecimento fabril do coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, que ali ia participar num plenário.

Os trabalhadores, reunidos em plenário no passado dia 12, para análise e discussão de matérias relacionadas com as suas reivindicações, viram-se assim privados do contributo daquele dirigente sindical, numa atitude que contraria a liberdade sindical no Arsenal do Alfeite, que tanto custou a conquistar.

Refira-se que a administração foi informada, em devido tempo, dos nomes dos sindicatistas que iriam estar presentes e que não é a primeira vez que o coordenador da CGTP-IN participa em plenários noutros estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

Campanha Nacional de Sindicalização

Está a decorrer e vai até ao VII Congresso da CGTP-IN uma Campanha Nacional de Sindicalização que tem como objectivos centrais intensificar a intervenção sindical, reforçar os sindicatos, sindicalizando mais trabalhadores, dando particular atenção aos jovens.

Pretende-se ainda renovar e reforçar de forma sistemática e geral a rede de delegados dos sindicatos, implantar o sindicato nas novas empresas e aperfeiçoar os processos de recolha e controlo de recebimento de quotas dos associados e recolher quotização retida pelas empresas.

Orçamento de Estado

Trabalhadores são quem mais perde

As projeções macro-económicas para 1992 em que se baseia o OE foram consideradas ambiciosas pela Comunidade (Conselho Europeu de Economia e Finanças), particularmente no que respeita ao crescimento do produto e da inflação. Recorde-se que organismos internacionais contêm previsões bem diferentes para o crescimento do produto (que, segundo o último relatório económico anual da CEE será inferior à média comunitária em 1992, pondo em causa a convergência real) e para inflação (a OCDE prevê 10,5% em 1992).

Quanto à política de rendimentos e preços, o Governo realinha as posições anteriormente assumidas, particularmente em sede de concertação social. A directriz é a imposição da concertação salarial.

Realçam-se os seguintes aspectos:

a) a previsão de inflação é do intervalo 7-9%, no qual se situa o «referencial económico», para efeitos do OE, que é de 8%, valor que é também utilizado para a concertação. O intervalo de variação se, por um lado, dá maior margem ao Governo, representa, por outro, insegurança;

b) os salários devem ter como referência o referencial económico (8%) «adicionadas de um diferencial de produtividade»;

c) o diferencial de produtividade, se o Governo propôs que não fosse superior a um ponto percentual porque o crescimento da produtividade não deverá exceder a média comunitária em 1992». Como os dados do Eurostat apontam para uma produtividade média na CEE (2%) inferior à portuguesa (3%), a adopção deste critério «europeu» para a produtividade determina menores aumentos salariais;

d) o Governo afirma que «qualquer referencial a dois dígitos será incompatível com a desejada moderação salarial»;

e) o Estado deve dar o exemplo na política de concertação salarial.

Por outro lado, a redução prevista para a inflação é superior à divulgada. Primeiro, porque a inflação foi de 12% (e não 11,4%) em 1991, já que se deve incluir as rendas de habitação. Em segundo lugar, porque o agravamento da fiscalidade indirecta, através do IVA, determina um aumento dos preços no consumidor na ordem dos 2%.

Na sequência do Programa do Governo, a Administração Pública e os seus trabalhadores são apontados como alvo de medidas gravosas. Assim, e para além do que já se disse sobre a matéria salarial, aponta-se também para o encerramento e a privatização de serviços públicos, com o estafado «slog» de «menos Estado melhor Estado», quando a prática prova que se trata de facto de menos e de pior Estado, para medidas de redução do emprego, através do aumento de trabalhadores em situação de

O Orçamento de Estado para 1992, feito aprovar pelo Governo na Assembleia da República, confirma a tendência ultraliberal do Executivo. Está lá tudo, desde a intenção de contenção salarial até à subida dos impostos, passando por um claro retrocesso nos valores da solidariedade.



excedentários e da alteração do limite da idade de reforma para aposentação e da coacção psicológica e de sanções salariais com vista a forçar os trabalhadores considerados excedentários a saírem da Administração Pública. É assim que se prevê agravar a redução dos salários destes trabalhadores: 5/6 nos primeiros 180 dias, depois 70% a 60% a partir de um ano.

Privatizações

Paralelamente à privatização, ao encerramento e à deterioração da qualidade dos serviços públicos, o Governo, apostado numa filosofia ultraliberalista, pretende acelerar brutalmente o desmantelamento do Sector Empresarial do

Estado. As receitas previstas de privatizações ascenderão a 350 milhões de contos, face a 100 que teriam sido realizadas o ano passado.

Agravamento dos impostos

O agravamento da carga fiscal representa um dos aspectos mais importantes deste OE. O peso da fiscalidade nos valores para esta variável (indicados pelo Governo), passa de 22,4% em 1991 para 25,5% em 1992, o que é devido sobretudo ao aumento da fiscalidade indirecta. Em valores absolutos o Estado prevê cobrar mais 674 milhões de contos em relação ao orçamento para 1991.

Invoca-se que o agravamento da carga fiscal será menor tendo em conta a estimativa de execução de 1991, pois sabe-se que as receitas de impostos directos foi subavaliada neste ano — o Governo admite que a cobrança seja de 950 milhões de contos. Mas, também é verdade que não se sabe quanto será arrecadado este ano. Mesmo considerando a estimativa de execução de 1991, a carga fiscal aumentará mais de dois pontos percentuais.

A estrutura fiscal apresenta um peso muito acentuado dos impostos indirectos (60%) em 1992, os que impostos indirectos devem ver o seu peso acrescido face aos directos. Note-se que a fiscalidade directa vinha apresentando a tendência para a redução da sua participação total desde 1988, o

que estará relacionado com a reforma fiscal. O aumento da fiscalidade indirecta reforça o carácter regressivo do sistema fiscal, se atendermos a que na fiscalidade indirecta a taxa efectiva de imposto é tanto maior quanto maior for o rendimento (as famílias com menores rendimentos poupam menos, logo gastam mais em despesas de consumo).

Os impostos crescem de 30% em 1992 face a 1991 (valores orçamentados). Os maiores crescimentos verificam-se no IVA (48%), IRS (44%) e imposto sobre o consumo de tabaco (28%). É também elevado o crescimento esperado para o imposto automóvel (22%), em relação ao qual o Governo pretende autorização legislativa para alterar o regime em vigor.

O IRS tem um cresci-

mento previsto de 44% num ano em que o Governo procura limitar fortemente o crescimento dos salários. Invoca-se que o crescimento será menor (na casa dos 20%; ver «Expresso» de 1.2.92) porque se deve ter em conta que em 1991 a cobrança excedeu a previsão. Mas, também não se sabe quanto será cobrado em 1992. Mesmo considerando os 20%, não deixa de ser um crescimento muito elevado — que tem implícito um agravamento da carga fiscal suportada pelos trabalhadores, ao arripio de promessas efectuadas em sentido contrário.

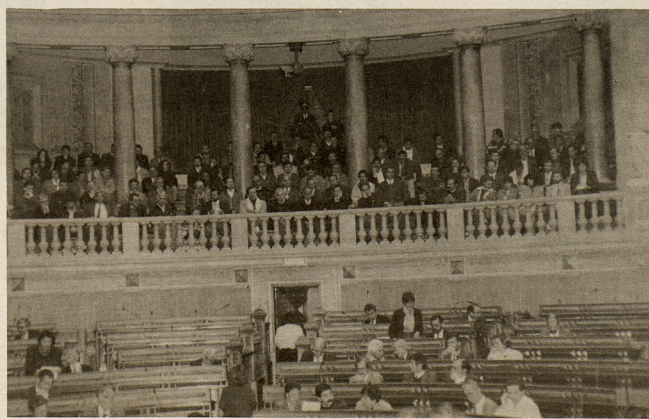
As deduções, abatimentos e escalões do IRS são actualizados em 8% — valor previsto pelo Governo para a inflação em 1992 — não cumprimento deste objectivo e aumentos salariais superiores à inflação poderão representar para muitos trabalhadores mudanças de escalão e portanto redução do seu rendimento líquido. Ainda assim o crescimento do IRS aparece demasiado alto. Será que o Governo está a contar com uma inflação superior a 8%, logo pensa penalizar os trabalhadores com um imposto-inflação?

A proposta de Orçamento contém a reformulação das taxas do IVA. Argumenta-se com a necessidade de harmonização comunitária, quando esta não está ainda aprovada, e existem divergências acentuadas nas taxas segundo os países, como se mostra aliás na referida proposta.

As principais alterações são a eliminação da taxa zero, que abrange bens de primeira necessidade, e a imposição da taxa de 5%, a passagem de muitos bens de uma taxa reduzida de 8 a 16% e a redução da taxa normal de 17 para 16%. São abrangidos bens agrícolas, bens alimentares, medicamentos, livros, revistas, etc., representando o total uma parte significativa do consumo.

O Governo tem procurado minimizar este agravamento fiscal chamando-lhe «harmonização comunitária». É assim que diz que se há produtos cuja tributação baixa, noutros sucede o contrário, sugerindo que haveria compensação. Não é assim e é o próprio Governo quem quantifica o custo desta harmonização fiscal em 210 milhões de contos — quase 1/4 da receita total prevista do IVA em 1992.

Argumenta também que o agravamento do IRS não significa que o preço dos produtos aumente em idêntica proporção. Mas, nada leva a pensar que os agentes económicos não repercutem nos preços o agravamento da fiscalidade. As primeiras indicações («Expresso» 1.2.92) vão nesse sentido. Os bens afectados poderão ter um duplo aumento: a inflação «normal» e a repercussão no preço da fiscalidade indirecta. Cálculos efectuados indicam que o impacto do aumento do IVA no índice de preços no consumidor será da ordem dos 2%.



As propostas da CGTP-IN

A CGTP-IN teve sempre ao longo do actual processo de negociação sobre a política de rendimentos para 1992 uma posição de abertura e de disponibilidade negociadora sedimentada em propostas concretas, designadamente nas seguintes matérias:

- crescimento real dos salários, tendo em conta o custo de vida, o aumento da produtividade e obter uma aproximação à média comunitária;
- fixação do salário mínimo nacional em 50 000\$, a partir de 1 de Janeiro;
- redução da duração semanal de trabalho;
- desagregamento fiscal sobre os rendimentos do trabalho;
- aumento das pensões e das prestações da segurança social.

SALÁRIOS

A CGTP-IN defende a necessidade de um forte crescimento dos salários, sendo indicadas as seguintes razões:

- o crescimento económico, o aumento da produtividade e a evolução dos outros rendimentos;
- o baixo nível dos salários, insuficiente para assegurar condições de existência dignas;
- o elevado número de trabalhadores com baixos salários;
- a necessidade de elevar rápida e fortemente o salário mínimo nacional;
- a grande distância ainda existente em relação ao salário médio europeu;
- o aumento progressivo da formação e da qualificação dos trabalhadores;
- as expectativas criadas de melhoria do nível de vida num período de crescimento económico significativo.

Portugal não pode continuar a manter um padrão de especialização da economia baseado em baixos salários, não só porque compromete a nossa competitividade mas também porque conduzirá, num quadro da realização do Mercado Único, que implica a livre circulação de pessoas, à saída dos trabalhadores mais qualificados.

A CGTP-IN reafirma a necessidade de uma efectiva negociação

Apesar da manifesta falta de boa vontade ne-

gocial do Governo, a CGTP-IN reforça a sua postura de disponibilidade negociadora séria com base em propostas concretas e fundamentadas. Complementando a proposta já apresentada e face à evolução recente das posições do Governo, a CGTP-IN apresenta as propostas seguintes.

Desbloqueamento da negociação colectiva

A CGTP-IN considera que, face à atitude tomada pelo Governo em relação aos trabalhadores da Administração Pública, se impõe a revogação da portaria que fixa os salários e a retoma imediata das negociações com os sindicatos do sector.

Nas empresas do sector público empresarial devem ser tomadas medidas que permitam o desbloqueamento imediato dos processos de negociação em curso, assegurando este direito fundamental dos trabalhadores.

Actualização do salário mínimo nacional

A reivindicação da CGTP-IN de um salário

mínimo de 50 000\$ é um objectivo justo e fundamentado que é necessário assegurar em 1992. Cumprindo os compromissos assumidos, o salário mínimo tem de ter um crescimento superior aos dos restantes salários nominais.

Taxas moderadoras nos serviços de saúde

A CGTP-IN reclama a suspensão da decisão do Governo de aplicação de

taxas moderadoras nos serviços de saúde. A Constituição estabelece que os serviços públicos de saúde devem ser tendencialmente gratuitos, o que só poderá significar o princípio do desagregamento progressivo até atingir a gratuidade — e não tornar o serviço nacional de saúde tendencialmente pago. É falso o argumento de que assim se limita o acesso exagerado dos utentes aos serviços de urgência e centros de saúde. A reali-

dade é que os cidadãos têm já um acesso limitado aos serviços de saúde e que não existe prevenção e cuidados primários de saúde suficientes. Era para aí que se deveria apontar e não para criar mais obstáculos quando os utentes procuram a reparação. Daqui resultam custos elevadíssimos para a população e para o país.

Habitação

Da proposta do Orçamento do Estado resulta que, uma vez mais, a habitação social não é apoiada. A CGTP-IN defende que devem ser reforçadas as verbas para um efectivo apoio à habitação social.

Redução da duração do trabalho

Cumprimento pelo Governo dos seus compromissos e por isso legislar no imediato para que o limite máximo semanal passe a partir de 1.1.92 para 43 horas e dar indicações para que em todos os sectores em que se trabalha mais de 40

horas haja reduções imediatas de pelo menos 1 hora por semana.

Política fiscal

Reformulação do sistema fiscal de acordo com os seguintes princípios:

* Subida global dos limites de rendimento que definem os escalões do IRS, por forma a evitar aumentos de escalão determinados pelas actualizações salariais e actualização dos abatimentos e das deduções;

* Eliminação das taxas libertatórias para os rendimentos de propriedade;

* Fiscalidade adequada dos movimentos económicos que implicam pagamentos do IRS, IRC e IVA;

* Tributação efectiva das mais-valias e efectivação dos impostos sobre sucessões e doações.

Abatimento na matéria colectável do IRS de um montante, a ser fixado por negociação, respeitante a despesas com habitação (juros de empréstimos contraídos e rendas pagas).

Segurança social

— Fixação em 27 500\$ da pensão mínima do regime geral, o que corresponde a 55% do salário mínimo proposto, conforme recomendação da OIT;

— Fixação em 5000\$ do abono de família;

— Alargamento do subsídio de tuberculose aos casos de doenças crónicas;

— Alteração da base de cálculo das pensões, para as aproximar dos salários;

— Inscrição no Orçamento de verbas destinadas a dar cumprimento pelo Estado das obrigações fixadas na Lei de Bases da Segurança Social, em relação ao financiamento dos regimes não contributivos, fracamente contributivos, da acção social e das despesas de administração e outras despesas comuns;

— Antecipação da idade legal de reforma para trabalhadores com profissões de rápido desgaste físico e psíquico com a concretização do compromisso assumido pelo Governo de definir, com efeitos a 1.1.92, os termos dessa antecipação.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS E SALÁRIOS (Indústria e construção) Continente, var. anual

ANO	SALÁRIOS	INFLAÇÃO
1991	16.19*	12
1990	16.6	13.4
1989	12.3	13
1988	13.9	9.6
1987	13.4	10.2
1986	17.4	13.1
1985	20.3	19
1984	18	28
1983	17.1	25.5
1982	18.8	22.4
1981	21.9	20
1980	19.5	16.6
1979	15.2	24.2
1978	10.5	22.4
1977	14	27.3
1976	13.6	18.3
1975	25	20.5
1974	32.4	27.7

* Previsão
FONTE: INE



Pedro Nunes

Redobradas razões para lutar

1. A resposta ajustada ao afrontamento que significa para os trabalhadores o «Acordo» é construirmos uma forte dinâmica reivindicativa, lutando com confiança pelas nossas reivindicações de crescimento dos salários reais, melhoria das pensões e prestações da Segurança Social, diminuição do horário de trabalho e aumento do salário mínimo para 50 000\$.

2. A CGTP-IN apela a todos os sindicatos e a todos os trabalhadores para que reforcem a sua mobilização e acção a nível dos locais de trabalho e participem massivamente nos protestos, lutas e greves, já decididas para os próximos tempos.

3. Com a sua luta os trabalhadores derrotarão os objectivos da negociata Governo/UGT/Patronato e conseguirão importantes resultados em defesa dos seus direitos e interesses.

4. A todos os trabalhadores, a todos os reformados, a todos os portugueses que lutam por uma justa melhoria do seu nível de vida, pela exigência do cumprimento das promessas feitas por Cavaco Silva na campanha eleitoral, a CGTP-IN afirma que podem contar connosco na defesa dos seus direitos e interesses.

Não tem ponta por onde se lhe pegue. Não há número neste Acordo que não seja irrisório.

«É um retrocesso», diz a CGTP-IN. «É um escândalo», dizem todos.

No entanto, houve quem gostasse e assinasse. A verdade é que a luta dos trabalhadores vai cilindrar o «acordo». Os contratos já negociados, este ano, apontam para um crescimento médio das tabelas salariais de 14,3 por cento.

É possível mais e melhor.

Acordo de Rende

É MA

Uma afronta aos tr

Só o Governo, as confederações patronais e alguns dirigentes da UGT é que consideram o Acordo de Rendimentos para 1992 um bom acordo.

Todos os outros consideram-no desastroso, sendo este o adjectivo mais suave que aplicam. A verdade é que o texto do Acordo revela que o Governo conseguiu lá inscrever o que quis, com o aplauso do patronato. O Governo fez finca-pé em não permitir aumentos salariais de dois dígitos e conseguiu. Lá se encontra escrito que o objectivo é atingir um crescimento médio dos salários de 9,75 por cento, em 1992, com 10,75 para a negociação a fazer no primeiro quadrimestre deste ano, 9,75 no segundo e 8,5 por cento no terceiro.

A partida, o que fica claro é que tal objectivo não assegura o crescimento dos salários, nem os ganhos de produtividade, nem qualquer

aproximação aos salários médios da CEE e muito menos cumpre as promessas feitas por Cavaco Silva na campanha eleitoral.

Estes dados, diz o Governo, fundamentam-se na necessidade de baixar a inflação, cuja previsão, apresentada pelo Executivo no CPDS, é de 8 por cento.

«Duas inverdades», diz a CGTP-IN. Primeiro, não é preciso conter os salários para fazer baixar a inflação, como o demonstram os dados de 1991, em que se conseguiu aumentar os salários reais e diminuir a inflação.

Por outro lado, ninguém acredita no referencial de 8 por cento para a inflação em 1992.

Nem o próprio Governo que, em informações à Comunidade Europeia (CE) previu uma inflação de 9,5 por cento e um crescimento dos salários reais de 4,5 pontos percentuais, acima da inflação. Tudo somado, o Governo informou que

os salá

ordem

cento.

A O

turno,

gunda

flação

-á no

Os u

dos co

conter

restu

aponta

mento

salári

cento.

Quer

lhadore

vão aca

que o

contra

vesse r

os da

à CEE.

A A

A A

Ao

diz o

o Acor

estão

quer a

quer a

cento



MAIS SALARIO

de Rendimentos

MAU
a aos trabalhadores

os salários cresceriam na ordem dos 14,5 por cento.

A OCDE, por seu turno, veio já pela segunda vez dizer que a inflação em 1992 situar-se-á nos 10,5 por cento.

Ou seja, falseou-se dados com o objetivo de conter os salários. De resto, as negociações já efectuadas este ano, apontam para um crescimento médio das tabelas salariais de 14,3 por cento.

Quer dizer, os trabalhadores com a sua luta vão acabar por fazer com que o Governo, embora contra a sua vontade, tivesse razão ao apresentar os dados que apresentou à CDE.

A Administração Pública

Ao contrário do que diz o Governo e a UGT, o Acordo não prevê nem está assegurados quaisquer aumentos de 10 por cento aos trabalhadores

da Administração Pública.

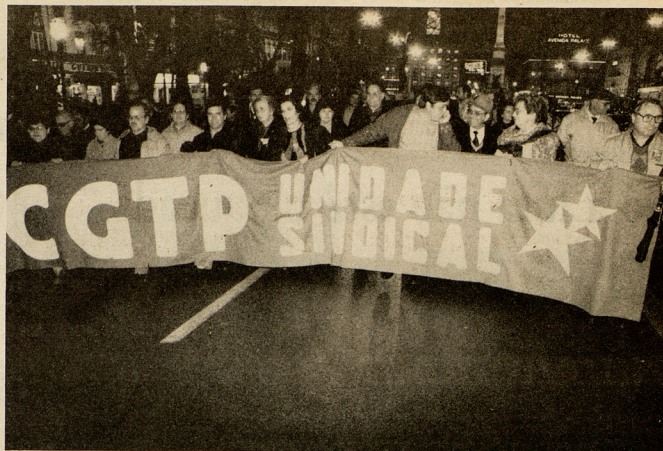
Na realidade, o Governo não revogou nem quer revogar a portaria que estabelece os aumentos de 8 por cento, pelo que nada mais está assegurado para além do conteúdo dessa portaria, nem está, até agora, resbeltas as negociações para o sector.

Para a CGTP-IN, mesmo os 10 por cento seriam inaceitáveis, uma vez que o crescimento dos salários será muito superior e não se admitem quaisquer discriminações aos trabalhadores da Administração Pública.

Os sindicatos do sector afirmaram que não aceitam misturar carreiras e descongelamentos de escalões, que são direitos adquiridos, para mascarar a ridicularia dos aumentos salariais.

Prestações sociais

Um dos aspectos mais chocantes do Acordo é o



Pedro Nunes

retrocesso do valor da solidariedade em relação aos sectores mais desfavorecidos.

A colocação do Salário Mínimo em 44 500\$00 é inadmissível. Diz o Governo que este é um aumento (10,95 por cento) superior aos 9,75 por cento do Acordo. Só que a diferença (90\$00) nem para um pão de quilo dá.

Por outro lado, é escandalosa a actualização das prestações sociais em 9,75 — 10 por cento (o abono de família aumenta 200\$00).

Em suma, as prestações sociais vão crescer menos que os salários e vão ficar abaixo da inflação real.

A injustiça para com as camaradas da população mais carenciada é gritante. Estas medidas confirmam a insensibilidade social do Governo.

Carga fiscal aumenta

Do que também não há dúvidas é sobre o agravamento da carga fiscal sobre os trabalhadores.

A actualização dos escalões do IRS vai ficar em 8 por cento e os salários

modernizarem. O resultado é a passagem de milhares de trabalhadores.

Horários de trabalho

Outro escândalo é o que se prende com os ho-

Desde Janeiro que o Governo deveria ter legislado o limite máximo semanal de 43 horas, devendo todos os sectores que trabalham mais de 40 horas semanas verem reduzido o horário em 1 hora por semana.

Ora, o «Acordo» esquece os compromissos já assumidos e apenas afirma a continuação da negociação, o que é, no mínimo, ridículo.

Analisado ponto por ponto, não restam dúvidas de que este «Acordo» representa um retrocesso grave, não só em termos de solidariedade social mas também no rumo de progresso e desenvolvimento que Portugal necessita de tomar.

Para a CGTP-IN, para além de mau o «Acordo» é uma afronta aos trabalhadores. Os caminhos da luta vão ser, mais uma vez, trilhados.

Ninguém acredita no referencial de inflação de 8 por cento. A OCDE já disse, pela segunda vez que a inflação em 92 situar-se-á nos 10,5 por cento.

Os trabalhadores com a sua luta vão melhorar os salários e reduzir os horários.

efectivos vão crescer muito acima deste valor, quer pela luta dos trabalhadores quer pela evolução das empresas que se

rários. O Acordo não confirma os compromissos assumidos em 1991 sobre redução do horário de trabalho.

O escândalo da farsa negocial

O Acordo de Rendimentos para 1992, suscitado pelo Governo, pela UGT e pelas confederações patronais é mau e gravoso para os trabalhadores.

Mas vergonhoso e escandaloso foi todo o processo negocial. A CGTP-IN afirma mesmo que «não houve efectiva negociação no Conselho Permanente da Concertação Social». E acrescenta que «tudo foi cozinhado à margem do seu normal funcionamento».

Na realidade, desde cedo ficou claro que a intenção do Governo era conter os salários. Para isso, nem sequer se cobriu de apresentar um referencial de inflação (8 por cento), completamente irrealista e contraditório com os números que ele mesmo apresentou à Comunidade Europeia.

Desde logo se viu também a sintonia entre o ministro das Finanças, Braga de Macedo e a CIP. De

resto, o ministro foi assessor daquela organização durante algum tempo.

O argumento do Governo, à mesa das negociações, para conter os salários afirmava-se que se tal não tivesse acontecido, o acordo seria assinado logo nessa reunião.

Depois, à margem do CPSC, o Primeiro-Ministro reúne com vários parceiros sociais, com vista a chegar a um acordo, nalguns casos em autêntico secretismo.

Tudo isto, apesar de, desde Janeiro, a CGTP-IN insistir com o Primeiro-Ministro para ser recebida, o que não veio a acontecer.

As 20 horas de 6.-feira (14 de Fevereiro), a CGTP-IN foi informada da reunião do CPSC marcada para o dia seguinte, ao meio-dia. Refira-se que Torres Couto esteve, na 6.-feira, reunido com Cavaco Silva e este manteve contactos telefónicos com as confederações patronais.

Só no sábado, na altura da reunião e ao contrário dos

outros parceiros sociais, a CGTP-IN toma conhecimento do texto do Acordo, cozinhado à margem do CPSC.

Mas, o mais insólito estava para vir. A assinatura do Acordo estava marcada para as 18 horas de sábado.

A reunião durou até às 16 e nenhum parceiro social informou a CGTP-IN desse facto, quando é obrigatória a convocação do plenário para o efeito.

Para a CGTP-IN, «este comportamento é inqualificável, do ponto de vista democrático e ético».

«O CPSC foi claramente governamentalizado e é um escândalo a farsa negocial e golpismo que aí se operou, bem como o desrespeito pela lei que o rege», afirmou em comunicado aquela central que apresentou propostas fundamentadas por escrito que foram, para e simplesmente, ignoradas por todos os membros do Conselho.



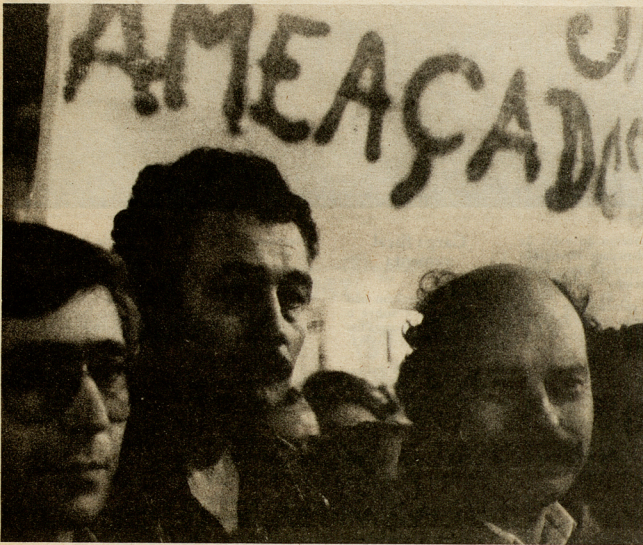
Os trabalhadores do grande sector dos transportes estão em luta. E de que maneira!

Viu-se no passado dia 12. Viu-se no dia 18. Enfim, tem-se visto ao longo de todo o mês de Fevereiro.

Também o caso não é para menos. Na esmagadora maioria das empresas a negociação colectiva está bloqueada. E quando existem propostas são de tal maneira irrisórias que se tornam inaceitáveis.

Transportes

Só a luta não está bloqueada



Rui Guravo

O próprio Governo já reconheceu que os trabalhadores dos transportes têm sido os que mais têm perdido poder de compra. Este ano, com o aumento já verificado e a verificar, com propostas na ordem dos 8 por cento, correm o risco de ainda perder mais.

Uma característica de todo o sector é o bloqueamento da negociação colectiva. O patronato e as administrações das empresas públicas recusam-se a cumprir os prazos legais de apresentação das respectivas propostas. E quando o fazem elas são irrisórias.

Na Carris, a proposta da administração é de 7 por cento e o processo

encontra-se bloqueado, tal como a negociação do Regulamento de Carreiras.

Na CP, não foram cumpridos os prazos legais e o Conselho de Gerência apresentou uma proposta de 7 por cento e a retirada de direitos.

Na TAP, também os prazos não foram cumpridos. O Conselho de Administração, no entanto, adianta que a haver actualização salarial, ela será feita na base da previsão de inflação do Governo (8 por cento). Veladamente ficou a sugestão de que qualquer coisa a mais do que aquilo terá como contrapartida retirada de direitos, consignados no Acordo de Empresa.

No STCP, o processo

negocial do regulamento de carreiras está bloqueado, enquanto no Metro o Conselho de Gerência recusa-se a fazer o reequilíbrio de acréscimos salariais.

Processos bloqueados existem ainda na ANA-EP, Transtejo, Dragador, RENIP (ex-RN), Transportes Rodoviários de Mercadorias e Transportes Rodoviários Pesados de Passageiros.

Para os sindicatos do sector é claro que o patronato e a administração das empresas públicas estão a seguir orientações do Governo.

Entretanto, os sindicatos «manifestam a sua preocupação pela ligeireza com que está a ser afectada a componente social de serviço público de transportes, agra-

vando as assimetrias regionais que o Governo diz querer reduzir e aprofundando, de forma dramática, o isolamento de regiões do interior, em virtude da política de privatização e desmembramento das empresas públicas de transportes».

Claramente vítimas de uma ofensiva contra o seu poder de compra, os seus direitos e o seu emprego, os trabalhadores de todo o grande sector dos transportes têm desenvolvido uma luta ímpar.

O mês de Fevereiro em particular, conheceu grandes movimentações no Metro, na Transtejo, na ANA-EP, na TAP, na Carris, na RN, na CP e numa forma geral em todas as outras empresas.

Aduaneiros

Governo não cumpre

Os trabalhadores e despachantes e empresas estiveram em greve nos dias 24 e 25 de Fevereiro para forçar o Governo a adoptar respostas e soluções face às incidências gravosas impostas a este sector, decorrentes da adesão de Portugal à CEE.

Os trabalhadores exigem do Governo português a assunção de responsabilidade política de resolução da situação que se depara a este sector, em virtude da concretização do Mercado Único. Exigem medidas práticas e concretas, conforme a afirmação pública do primeiro-Ministro que ia no sentido de ser urgente a criação de um «Programa de Emergência» para a re-

solução dos problemas que, inevitavelmente, cairão sobre este sector com o advento de 1993.

A Comissão Mista CDO/Sindicatos apresentou, em sede de Comissão Interministerial, um projecto de resoluções como contributo para uma solução definitiva e para a qual foi reclamado ao Governo uma resposta até 31 de Janeiro deste ano.

Mas o Governo, que em tempo oportuno não avaliou correctamente as consequências para o sector, apesar de avisado e insistentemente alertado para o facto, continuou na sua postura de não assumir a responsabilidade que lhe cabe na determinação de uma solução justa para a situação que criou.

Imigrantes

Legislação é urgente

É urgente a legalização dos trabalhadores imigrantes em Portugal. Esta legalização, há muito prometida pelo Governo português e da sua exclusiva responsabilidade, tem sido reclamada pela CGTP-IN, pelas associações representativas dessas comunidades, pelas representações diplomáticas dos PALOP e por várias organizações de carácter religioso, associativo e social do nosso país.

A CGTP-IN tem repetidamente declarado a sua preocupação pelas condições de vida e de trabalho e pelo estatuto dos trabalhadores imigrantes no nosso país e a necessidade de adopção de medidas que permitam regularizar a situação em que se encontram milhares de cidadãos estrangeiros que vivem e trabalham em Portugal.

A CGTP-IN acompanha naturalmente, com grande atenção, o debate parlamentar em curso sobre esta matéria, desejando que os seus resultados contribuam para uma maior solidariedade entre os cidadãos portugueses e os trabalhadores imigrantes, através da sua inserção harmoniosa na vida nacional.

Portugal é um dos Estados signatários dos Acordos de Schengen, que, na perspectiva da CGTP-IN, podem conduzir ao indesejável reforço do controlo policial sobre as comunidades imigradas. É inadiável, face à entrada em vigor dos Acordos, a publicação de legislação que regularize a situação dos estrangeiros não-comunitários que se encontram em situação irregular no nosso país.

SOPONATA defende direitos

Houve total coincidência de pontos de vista na reunião que no dia 5 de Fevereiro juntou delegações da CGTP-IN e dos sindicatos representativos dos trabalhadores da Soponata, por estes solicitada, com vista a apreciar a situação que se vive naquela empresa em consequência do projecto de reembarcamento que a Administração da mesma quer levar à prática.

Tanto a CGTP-IN como os sindicatos do Mar manifestaram profundas preocupações com o que se

está a passar, tendo a primeira assumido o compromisso de desenvolver esforços no sentido de apoiar a luta dos trabalhadores da Soponata pela defesa dos seus legítimos direitos, promovendo nomeadamente diligências várias junto das entidades oficiais competentes, designadamente do Governo e da Inspeção Geral do Trabalho. Ficaram também perspectivadas acções junto do Procurador Geral da República e das instâncias judiciais do país.

Lutas de Fevereiro

Para além do que aqui já se disse, estiveram em luta no mês de Fevereiro a Robilalac, a FISEG, a Gomate, os aduaneiros, o Metro, a Carris, os docentes de enfermagem, a Petroquímica de Sines, os trabalhadores da C. M. Lisboa, os trab. da Hortex (Santo Tirso), o

Grupo Triunfo, o Vestiário do Sul, as Madeiras, os Químicos, a Petrol, a Mundinter, a Mague, a Sorefame, a Autozil, a EDP, os Abastecedores de Aeronaves, a CP, a Transtejo, a TAP e toda a Administração Pública (central e local) e muitos outros.



Luís Vasconcelos

Administração Pública

Greve nunca vista

Discriminados e ofendidos, os trabalhadores da Administração Pública (CGTP-IN, UGT e independentes) não têm pagas na língua e afirmam que «o Governo criou expectativas, mentiu, agiu de má-fé e discriminou os trabalhadores da Administração Pública». O comunicado adianta que «da mesma forma se comportaram todos os subscretores do Acordo da Concertação Social, mesmo aqueles que, ao arripio da vontade dos trabalhadores e das organizações que representam, deram o seu aval a um aumento de 8 por cento».

Para estes sindicalistas, os subscretores do Acordo «mentiram ao proparar aumentos de 10 por cento». A Portaria dos 8 por cento não foi, nem o Governo quer que seja, revogada.

A indignação dos trabalhadores da Administração Pública não tem tamanho. E no dia 18 aconteceu o nunca visto: mais de 375 mil trabalhadores em greve. Uma das maiores greves de sempre do sector.

O apoio dos trabalhadores às reivindicações dos sindicatos foi clara. Afinal, do que se trata é de repor a mais elementar justiça e evitar a discriminação.

As reivindicações são simples: revogação da Portaria dos 8 por cento e negociação de aumentos justos; um efectivo descongelamento dos escalões com

Mais de 375 mil trabalhadores da Administração Pública disseram «BASTA» à política seguida pelo Governo para o sector, no passado dia 18. Foi uma das maiores movimentações de sempre. Uma greve nunca vista. Tudo obra de prepotência antinegocial do Governo que, ao arripio de tudo e de todos, decidiu aumentos na ordem dos 8 por cento.

contagem do tempo de serviço na carreira; valorização das carreiras profissionais; estabilidade de emprego e contra excessivos e despedimentos.

Para já, a greve deixou marcas. O Governo terá percebido que não é impunemente que fomenta a discriminação e a prepotência, e no mesmo dia marca uma reunião.

Chocante

A atitude do Governo para com a Administração Pública (central, local, ensino, saúde, magistrados, etc.) é chocante.

Assim que tomou posse ameaçou com a contenção salarial e despedimentos, avançou com tentativas de extinção de serviços, lançou trabalhadores no quadro de excessivos e tentou usar estes trabalhadores como

exemplo de contenção salarial a seguir pelo resto da contratação colectiva.

Ainda as negociações para a obtenção do Acordo de Rendimentos para 1992 «iam no adro», quando o Governo fez sair a famosa portaria dos 8 por cento, deixando todos perplexos quanto à desfaçatez, por um lado, e desprezo pela negociação por outro.

Confiado na sua maioria absoluta, o Governo estremeceu-se a lançar portarias daquela natureza sem que o Orçamento de Estado estivesse aprovado na Assembleia da República. Um escândalo!

Depois, veio o Acordo e todos os sindicatos o consideraram inaceitável. Para dourar a pilula, Cavaco Silva afirma que nenhum trabalhador da Administração Pública terá aumentos inferiores a 10 por cento. É falso, dizem os sindicatos. E, na realidade, não há noti-

cias de revogação da Portaria dos 8 por cento.

As escolas, repartições de finanças, tribunais, hospitais, creches, câmaras municipais, direcções-gerais, etc. que encerraram ou paralisaram quase totalmente são o sinal de que o Governo não pode continuar na sua política antidialógica, prepotente e discriminatória. Há quem aprenda com menos lições.

O Governo sai agora com uma declaração apenas à acta da reunião do Conselho Coordenador do CPDS, que formalizou a assinatura do acordo, onde afirma que aos trabalhadores que beneficiarem apenas de 8 por cento de aumento ser-lhes-á abonado um «subsídio de acordo» até atingirem os 10 por cento de aumento.

Ora acontece, que este é um procedimento perfeitamente anacrónico que ninguém sabe exactamente como vai ser conseguido. Por outro lado, trabalhadores abrangidos por descongelamentos de escalões e passagem de carreiras, coisas negociadas no ano transacto e que são direitos adquiridos pelos trabalhadores, só terão aumentos efectivos de 8 por cento.

Quanto aos outros, reina ainda a incerteza. Para além do mais, 10 por cento de aumentos salariais é inaceitável e discriminatório, uma vez que os outros trabalhadores terão aumentos muito superiores. Um escândalo!

18 de Fevereiro

Grandes adesões

No passado dia 18, registou-se uma intensa movimentação de trabalhadores.

A Greve Geral da Administração Pública contou com uma adesão na ordem dos 75 por cento, abrangendo 375 mil trabalhadores.

Na Administração Local a adesão à Greve ficou nos 80 a 90 por cento. Os professores paralisaram 85 e os enfermeiros registaram 65 por cento de adesão. Na Função Pública apenas 20 por cento dos trabalhadores estiveram a funcionar, enquanto 68 tribunais encerraram e mais 28 estiveram praticamente paralisados.

Nas empresas públicas, o Metro ficou completamente paralisado, a Transtriejo só conseguiu fazer circular um barco e na CP 75 por cento dos trabalhadores aderiram à greve.

No aeroporto de Faro, apenas um quinto dos trabalhadores não aderiram à greve, no aeroporto do Porto foram cancelados 6 voos, por força dos 80 por cento de adesão e em Lisboa não se realizaram 40 voos.

No sector privado, o destaque vai para o Grupo Triunfo, com a produção paralisada, a Ferriçgica com

90 por cento da adesão à greve e a FISEL em que não houve um único trabalhador que não aderisse à greve pelo pagamento dos salários em atraso.

Refiram-se ainda as paralisações dos Transportes Urbanos de Braga, Aveiro, Coimbra e Barreiro.

Ações em perspectiva

Já depois das acções de dia 18 vários sectores e empresas entraram em luta. A Robbilac entrou em greve às horas extraordinárias, a FISEL prosseguiu a sua luta pelo pagamento dos salários em atraso e a GOMASE cumpriu a paralisação programada para dia 20.

Os aduaneiros cumpriram dois dias de greve e 24 e 25 e o Metro parou entre as 6.30 e as 9.30. Ainda no sector dos transportes, a Carris cumpriu uma greve entre as 5 e as 9 horas, no dia 24.

Também em luta estiveram os docentes de enfermagem, os metalúrgicos, a construção civil e a EDP.

Os trabalhadores da Administração Pública, depois do dia 18, vão continuar a sua luta.



Rui Gustavo

CGTP-IN em Belém

Uma delegação da CGTP-IN, encabeçada por M. Carvalho da Silva foi, no passado dia 21, recebida em Belém, pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Na reunião, os seis membros da CGTP-IN informaram o Presidente da República do descontentamento crescente que existe na sociedade portuguesa, assente, sobretudo, na falta de cumprimento das promessas assumidas pelo Governo relativamente ao crescimento dos salários reais e ao não agravamento fiscal.

Os sindicalistas acrescentaram que não estão a ser aplicados direitos dos trabalhadores de diversas áreas, designadamente professores, médicos, magistrados e operários.



Enfermeiros

Situação insustentável

Há mais de 3000 enfermeiros que estão a contrato ou em regime de avença, sem quaisquer regalias ou direitos. A dimensão e gravidade do problema e as mentiras do Governo, negando esta realidade, levou o SEP a entregar, no passado dia 19, uma petição na Assembleia da República, que numa semana recolheu mais de 3000 assinaturas de enfermeiros, dado o descontentamento reinante e que a greve de 18 de Fevereiro demonstrou.

Actualmente há mais de 3000 enfermeiros (3280 se-

gundo o Departamento de Recursos Humanos de Saúde (DRH)), que estão a contrato ou em regime de avença sem quaisquer regalias ou direitos. Paradoxalmente há mais de 8000 vezes (8185 segundo o DRH da Saúde) em instituições de saúde, que... não podem ser ocupadas!

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) negociou a admissão dos enfermeiros através de contrato administrativo de provimento (o que lhes dava a categoria de agentes) e o Ministério da Saúde após a conclusão da negociação, à

margem dos Sindicatos, impôs como condição o descongelamento de vagas, o que altera todo o sentido negocial e agrava ainda mais o problema já existente das admissões.

A situação dos contratos e «avençados» é alarmante pela sua dimensão socioprofissional dada a instabilidade que gera e forçosamente se reflecte nos cuidados de saúde prestados.

A situação hoje existente é insustentável já que:

2.º — A não criação de condições específicas para admissão permite que o Governo continue a usar o trabalho dos enfermeiros contratados para suprir necessidades permanentes.

3.º — A manutenção da situação vai levar a que aumente o abandono da profissão e a emigração, hoje já usual. Concomitantemente gera desinteresse e quebra de expectativas profissionais, já que após 3 anos de frequência de um curso superior, se vêem sem estabilidade de emprego, quando a carência de enfermeiros em Portugal é gritante!

CES visitou Portugal

A delegação da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) que visitou Portugal, em 29 de Janeiro, reuniu-se com a CGTP-IN e a UGT, conjuntamente, e foi recebida pelo Primeiro-Ministro. Integravam a delegação da CES o respectivo presidente, Norman Willis, o secretário-geral, Emilio Gabaglio, o vice-presidente, Nicolas Redondo, e o secretário-geral adjunto, Jean Lapeyre.

A delegação da CES entregou ao Primeiro-Ministro um «memorando» onde refere as suas principais aspirações que pretendem ver concretizadas no decurso da Presidência Portuguesa das Comunidades, período que a CES considera «muito importante na vida da CEE no que diz respeito ao seu desenvolvimento interno assim como às suas relações externas».

UEM em colóquio

A CGTP-IN realizou, no mês passado, em Lisboa, um colóquio subordinado ao tema «União Económica e Monetária. Consequências sobre a Dimensão Social». Participaram nesta iniciativa 12 centrais sindicais de oito países da Comunidade Europeia.

A realização deste colóquio teve uma importância acrescida por se efectuar no decurso da Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias e porque na Cimeira de Maastricht foi relacionada a questão da União Económica e Monetária enquanto as questões sociais foram relegadas, como relativamente secundárias.

Os trabalhos do colóquio estiveram divididos em dois painéis. O primeiro denominado «UEM — Consequências para os trabalhadores na Europa Comunitária e Intervenção Sindical» e o segundo sobre «UEM: Consequências na Economia Portuguesa».

CGTP-IN e sindicatos cabo-verdianos assinam acordo de formação profissional

A CGTP-IN e a União Nacional dos Trabalhadores de cabo-verdiano (UNTCV-CV) assinaram, no passado dia 10 de Fevereiro, um acordo de cooperação na área da formação profissional, tendo em vista promover um aumento de qualificação profissional dos trabalhadores cabo-verdianos residentes em Portugal e uma melhor integração económica, social e profissional dos mesmos na sociedade portuguesa.

Defesa do consumidor

O Auditório do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa vai, no próximo dia 14 de Março, receber os cerca de 130 participantes no Seminário Nacional «A Defesa do Consumidor e o Movimento Sindical», que é uma organização da INTERCONSUMIDORES/CGTP-IN.

Com a participação de várias associações, o Seminário irá reflectir sobre a temática da defesa do consumidor e perspectivas do movimento sindical, tendo como objectivo desenvolver esta área aos vários níveis.

A iniciativa destina-se a organizações sindicais, dirigentes, activistas e técnicos.

Ambiente e desenvolvimento

Vai-se realizar no próximo dia 26 e 27 de Março, no Forum Picos, em Lisboa, um Seminário Nacional sobre Ambiente e Desenvolvimento.

A iniciativa visa analisar e debater a ligação dos aspectos sociais, económicos e ecológicos, tendo em vista encorajar a participação do movimento sindical, na prossecução de um desenvolvimento económico, social e político que corresponda às necessidades actuais sem comprometer as capacidades das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.

O Seminário visa ainda ajudar os trabalhadores e as suas organizações a desempenhar o seu papel na defesa do ambiente e contribuir para a preparação da Conferência Mundial das Nações Unidas ECO-92 no Brasil.

Prevêem-se entre 150 a 200 participantes. A iniciativa destina-se a organizações sindicais, agentes económicos, escolas, administração local e central, associações de defesa do ambiente e grupos parlamentares.

Dimensão Social condicionante das opções económicas e políticas

As decisões assumidas pelos Estados membros da CE na recente Cimeira de Maastricht e a proximidade da entrada em vigor dos mecanismos reguladores do Mercado Interno conferem à Presidência portuguesa da Comunidade um papel importante, nomeadamente na promoção e dinamização de iniciativas legislativas e medidas práticas que conduzam à superação do elevado défice existente no domínio da política social.

O reconhecimento deste défice levou à aprovação, em 1989, de uma Carta Comunitária dos Direitos Sociais fundamentais dos Trabalhadores, agora conhecida como Carta Social, que, sendo um compromisso solene assumido pelos Estados membros, tem inevitavelmente de ser traduzido em medidas legislativas correspondentes.

Na Cimeira de Maastricht foram igualmente aprovados diversos documentos, anexos ao Tratado da União, tais como o Protocolo sobre a Coesão Económica e Social que, entre outros mecanismos, cria um fundo de coesão destinado aos países menos prósperos e decide a duplicação dos fundos estruturais e a maior acessibilidade deste grupo de países aos mesmos; o Protocolo relativo à política social e o Acordo sobre a Carta Social.

A CGTP-IN considera, no entanto, que estas medidas, bem como a própria Carta Social, ainda que positivas, são manifestamente insuficientes para dotar a Comunidade Europeia de uma verdadeira dimensão social.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN considera, no entanto, que estas medidas, bem como a própria Carta Social, ainda que positivas, são manifestamente insuficientes para dotar a Comunidade Europeia de uma verdadeira dimensão social.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN considera, no entanto, que estas medidas, bem como a própria Carta Social, ainda que positivas, são manifestamente insuficientes para dotar a Comunidade Europeia de uma verdadeira dimensão social.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN considera, no entanto, que estas medidas, bem como a própria Carta Social, ainda que positivas, são manifestamente insuficientes para dotar a Comunidade Europeia de uma verdadeira dimensão social.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

perado que foi, ainda, o bloqueio que sistematicamente o Reino Unido vinha a impor à aprovação de legislação social, poderemos e deveremos considerar que estão criadas as condições para que durante a Presidência portuguesa, sejam aprovadas diversas iniciativas legislativas que já foram objecto de pareceres do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. E o caso, entre outros, da Directiva referente à protecção às mulheres grávidas, da regulamentação do direito dos trabalhadores à informação e consulta nas empresas, do estatuto da Sociedade Anónima Europeia, da redução e organização do tempo de trabalho, dos projectos de direitos sobre os requisitos mínimos de saúde e segurança dos trabalhadores, da regulamentação das condições dos trabalhadores noutros Estados membros, nomeadamente em regime de subcontratação.

A CGTP-IN reafirma que a componente social deve ser definitivamente valorizada e mesmo assu-

Cimeira Sindical Ibérica

Construção Europeia desequilibrada

Pela primeira vez, sentaram-se à mesma mesa todas as centrais sindicais portuguesas e espanholas. O evento deu-se no final de Janeiro, em Lisboa.

Conclusão: a presidência portuguesa tem de atribuir prioridade à dimensão social. Para os sindicatos a construção europeia está desequilibrada.

As centrais sindicais portuguesas e espanholas — CGTP, UGT-P, CCOO, UGT-E e ELA/STV — realizaram, em Lisboa, no dia 28 de Janeiro, a primeira Cimeira Sindical Ibérica. A Declaração Final da Cimeira destacou a necessidade de se fazer avançar a dimensão social na construção europeia. Para isso, «impõe-se que a Presidência Portuguesa atribua uma grande prioridade à dimensão social».

A construção europeia está desequilibrada. A dimensão social tem sido menosprezada, enquanto floresce a «Europa dos negócios», apesar dos discretos progressos resultantes da Cimeira de Maastricht. Este desequilíbrio é particularmente notório em Espanha e em Portugal, onde o crescimento económico não tem sido acompanhado de de-

gradação da qualidade de emprego é acompanhada em Portugal pela persistência de salários muito baixos e por uma distribuição do rendimento profundamente injusta.

Reivindicações da Cimeira

A UGT-P, a CGTP, a UGT-E, as CCOO e a ELA-STV exigem a rápida execução do protocolo de Maastricht sobre política social, de forma a que se assegure a aprovação das normas pendentes (Directivas sobre Comités de Empresa Europeus, regulamentação do tempo de trabalho, etc.) e daquelas que nem sequer foram propostas pela Comissão e que emanam do programa de acção social.

Aquelas organizações adiantam que «o reconhecimento da Cimeira de Maastricht do papel dos parceiros sociais deve contribuir para assegurar a eficácia no plano transnacional das normas sociais e de acordos vinculativos celebrados entre sindicatos e empresários ao nível dos sectores e das empresas transnacionais».

Presidência Portuguesa

Impõe-se que a Presidência Portuguesa atribua uma grande prioridade à dimensão social. Para os sindicatos a construção europeia está desequilibrada.

Impõe-se que a Presidência Portuguesa atribua uma grande prioridade à dimensão social, adoptando as Directivas há longo tempo bloqueadas, nomeadamente quanto à regulamentação do tempo de trabalho, à protecção das mulheres grávidas e à protecção contra os despedimentos colectivos.

Igualmente, neste semestre, deverá ser dado o máximo impulso ao Ano Europeu da Saúde e Segurança nos locais de trabalho.

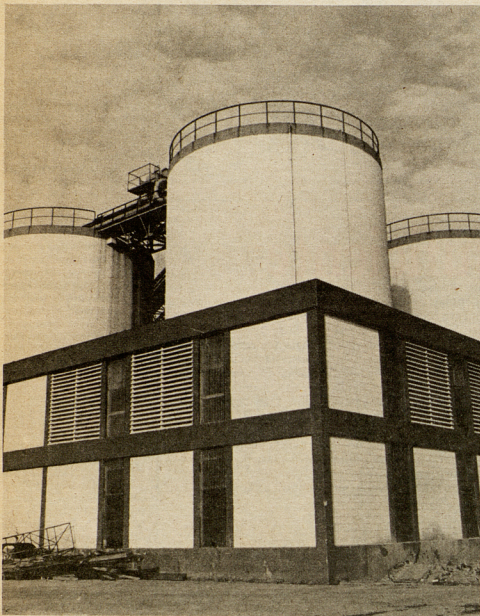
Em matéria de coesão económica e social, é importante que a Presidência Portuguesa estabeleça as condições para o reforço dos Fundos Estruturais e assegurar a entrada em vigor do Fundo de Coesão aprovado em Maastricht.

Por último, e perante a constante degradação do emprego na Europa, é importante que a Presidência Portuguesa tome uma iniciativa junto dos parceiros sociais visando a luta contra o desemprego de longa duração. Neste sentido, a Presidência Portuguesa deve ter em conta os problemas da convergência das políticas de protecção social, de luta contra as exclusões sociais e de garantia de um rendimento mínimo.

Manuel Carvalho da Silva coordenador da CGTP-IN

Sector Empresarial do Estado

É rentável? Privatiza-se



O Plenário Nacional de Representantes do Sector Empresarial do Estado, realizado em Lisboa, em 13 de Fevereiro, analisou as consequências das privatizações na economia nacional e nos interesses das populações, os direitos dos trabalhadores e a posição dos trabalhadores face às privatizações.

As intenções do Governo constantes da proposta de Orçamento do Estado para 1992 representam uma aceleração brutal da ofensiva de liquidação do SEE. As receitas esperadas com as privatizações representam 350 milhões de contos, ou seja três vezes e meia as que são indicadas como realizadas em 1991.

Apontam-se 18 empresas

a privatizar em 1992, metade das quais pertencem ao sector financeiro, cinco à indústria e três aos transportes.

A justificação apontada pelo Governo é a de que as elevadas receitas provenientes das privatizações poderão reduzir o défice orçamental. Com tal fundamentação esboça-se que o Estado deixa de ser proprie-

tário das empresas. Isto é reduzido o seu património. Esboça-se igualmente que as privatizações se fazem na medida em que as empresas dão lucros. Isto significa que o Estado deixa de receber elevadas receitas de empresas rentáveis — receitas que não são contabilizadas naquele cálculo. Em 1990, 26 empresas do SEE (sem a banca e seguros) totalizaram 56,5 milhões de contos

(m.c.) de lucros, segundo dados oficiais.

É igualmente conhecida a elevada rentabilidade do sector financeiro. Bastará recordar que só o BESCI, cuja segunda fase de privatização está em curso, teve lucros de 15 milhões de contos e um «cash-flow» de 50 milhões de contos no ano passado. Poderá argumentar-se que existem empresas que dão prejuízo. É verdade. Mas, não são estas empresas que se pensa já privatizar — a intenção é só o fazer quando foram rentáveis. Uma vez despojado do seu património empresarial rentável o Estado ver-se-á posteriormente obrigado a aumentar os impostos (para não ter de subir o défice), ou a reduzir despesas públicas de carácter económico ou social imprescindível.

Os direitos dos trabalhadores

Em muitas empresas, privatizadas ou a privatizar, foi instalado um clima de intimidação e de medo cujo objectivo é a neutralização dos direitos dos trabalhadores; eliminação de direitos em várias empresas; o emprego não é garantido e precarizado; são cada vez mais postos em causa os direitos das CT's; a contratação colectiva está bloqueada em muitas empresas, nalguns casos procurando-se extinguir a regulamentação existente; continua a recusar-se a participação de representantes dos trabalhadores nos órgãos sociais das empresas, mesmo quando se mantêm no sector público.

A análise da evolução do emprego no SEE indica como principais tendências a redução generalizada do emprego, o recurso abusivo ao emprego precário e à subcontractação infundada e a desagregação de várias empresas de que constituem exemplos a Quimigel (que deu origem a 24 empresas), a Rodoviária Nacional (13), Utic (13), Socarmar (2), etc. Estão previstas desagregações na Tabaqueira, Cimpor, Epal, EDP, Enatur, CP, Petrolgal, etc.

semana os trabalhadores das seguintes empresas: Sociedade Comercial C. Santos, Unimotor, Américo Relvas, Metalúrgica Central de Gondomar, Confetil, Bosh & Baylina, Malhas Tentativa, Secca, etc. Também pelo mesmo motivo, estiveram em greve, no passado dia 14 de Fevereiro, os trabalhadores da Vilar, empresa do sector metalúrgico. De realçar que, só no sector metalúrgico, mais de duas dezenas de empresas já conseguiram menos que 43 horas semanais.

Noutras empresas, os trabalhadores são obrigados a lutar para defenderem os seus postos de trabalho ou pelo pagamento dos salários. Na Jotocar, empresa do sector metalúrgico, a administração quer despedir

96 dos seus 215 trabalhadores, no Conservatório de Música do Porto, os trabalhadores já realizaram cinco dias de greve pela definição da sua situação profissional. Na Sotecal, os trabalhadores foram obrigados a recorrer à lei dos salários em atraso enquanto que, na CNB/CAMAC, os 600 trabalhadores desta empresa da indústria da borracha tiveram que recorrer à greve para obrigar a administração a cumprir o que se comprometera sobre os salários em atraso.

Por último, falta referir a empresa Têxtil das Hortas que cumpriu mais um dia de greve pela viação da empresa e a manutenção dos seus postos de trabalho.

Manuela Monteiro



Lisboa

Lutas e salários em atraso

A conflitualidade social no Distrito de Lisboa aumentou. Em causa, têm estado a negociação colectiva, os despedimentos e os salários em atraso.

Para além das acções de carácter geral (por exemplo, no passado dia 12), os trabalhadores têm desenvolvido, nas últimas semanas, importantes lutas nas empresas e sectores de actividade, através de paralisações, greves e acções de rua. De salientar, o grande espírito de unidade em que todas estas lutas têm decorrido.

Lembremos, a título de exemplo, as greves da Sore-

fame, Mague, Cometna, Cel-Cat, Autosil, Novembal, Abastecedores de Aeronaves, Espirito-Sol, Metro, Carris, CP, Transtejo, TAP, INCM, Plúvia, entre outras.

Entre as acções de rua, destaque-se ao do Grupo EAT (Biofranco, Metalminas e Favorta), dos professores, Função Pública, Enfermeiros, Administração Regional e Local de Lisboa, dos Aduaneiros, da SAAL, da DIALAP, entre outras.

Entretanto, cerca de 30 empresas do Distrito, encontram-se com salários em atraso. Este flagelo, num cálculo por defeito, abrange cerca de 3600 trabalhadores.

Autosil em greve

Os trabalhadores da Autosil terminaram, no dia 21 de Fevereiro, uma série de paralisações de três horas diárias que se destinou a exigir aumentos salariais superiores aos que a administração aplicou unilateralmente e que variam entre os 8,5 e os 15,5 por cento.

Os 400 trabalhadores da Autosil lutam por aumentos médios próximos dos 15 por cento.

Renault-Cacia

Esta empresa de Aveiro está a proceder à redução de trabalhadores efectivos, substituindo-os por subcontratados à empresa CAT, que pertence ao mesmo grupo Renault.

Os trabalhadores subcontratados não têm protecção legal e auferem salários mais baixos.

Desemprego nos Têxteis

Os 400 trabalhadores da IDEAL, Coimbra, estão em risco de perderem o emprego se o Banco Português do Atlântico inviabilizar o futuro da empresa.

Os trabalhadores e o sindicato do centro continuam a luta, tendo-se já manifestado junto à sede do BPA, no Porto.

Têxteis em Congresso

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal vai realizar o seu 6.º Congresso, no Porto, a 13 e 14 de Março.

Este Congresso decorre num momento particularmente importante para o sector onde ocorre o encerramento de dezenas de empresas, ao mesmo tempo que se verifica um crescimento anárquico e não sustentado de todos os sectores, excepto o dos curtumes.

FESTRU tem novo Programa de Acção

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos realizou o seu 8.º Congresso nos passados dias 14 e 15 de Fevereiro em Lisboa.

O Congresso analisou a evolução dos Transportes Rodoviários, estabeleceu as linhas reivindicativas fundamentais para os próximos tempos e decidiu-se pelo reforço da actividade sindical.

A conflitualidade laboral no Porto

A política governamental de contenção salarial provocou o bloqueamento da contratação colectiva, conduziu ao impasse nas negociações e originou o aumento da conflitualidade laboral nas empresas e sectores.

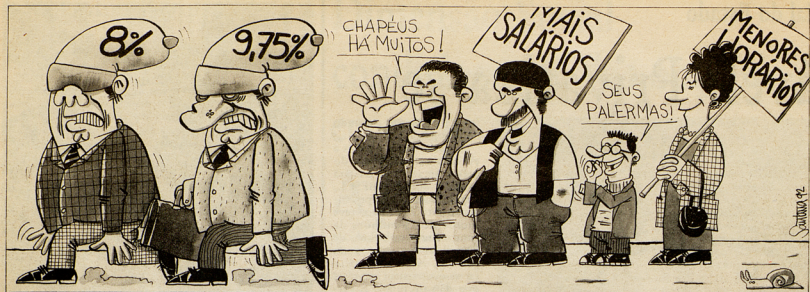
No dia 7 de Fevereiro os trabalhadores Vidreiros da Embalagem e do sector Químico entram em greve, enquanto, os trabalhadores da Indústria das Madeiras fizeram greve a 12 do corrente mês.

Também ao nível das empresas se multiplicam as lutas em torno dos Cadernos Reivindicativos e, nomeadamente, por aumentos salariais. São os casos da Soares da Costa, Quintas e Quintas, Cotesi, Cerfil,

Lusandesa de Redes, Socometal e Barbosa e Almeida, entre outras.

Mas, foi em torno da redução do horário de trabalho que a maior parte dos processos reivindicativos se desencadearam. Com efeito, o governo ao não cumprir com a promessa de reduzir o horário a partir de Janeiro de 92, provocou o crescimento das lutas, em muitos casos vitoriosas.

Neste momento, estão em greve de uma hora por



Salário mínimo é insuficiente

O valor de 44 500\$00 aprovado dia 20 em Conselho de Ministros para o salário mínimo nacional dos trabalhadores da indústria, comércio e serviços (37 500\$00 para o serviço doméstico) está longe de garantir aqueles que recebem um nível de vida decente, ou seja, continua a não constituir a «remuneração suficiente» de que fala a Constituição da República e a Carta Social Europeia.

Ao fixar este valor, Cavaco Silva e o seu Governo faltaram a mais uma promessa feita em tempo de campanha eleitoral, a de que o SMN teria um crescimento bastante superior ao cres-

cimento médio dos restantes salários.

O aumento de apenas 10,9% que resultou do «acordo» feito entre o Governo, as confederações patronais e a UGT é inadmissível, tanto mais que ainda não foi desta que ficou assegurada na lei a garantia do subsídio de férias e de Natal aos trabalhadores que recebem salário mínimo.

O Governo e os parceiros sociais que subscreveram o «acordo» esqueceram, uma vez mais, que o SMN tem uma função social inquestionável e que a Constituição da República Portuguesa indica, como critério de actualização do salário mínimo, em primeiro lugar, as necessidades dos trabalhadores. Ignoraram também os

critérios fixados pela Convenção 102 da OIT que são, para além das referidas necessidades dos trabalhadores e suas famílias, o nível geral dos salários no país, o custo de vida, as prestações da segurança social e o nível de vida comparado de outros grupos sociais. Isto para já não falar dos factores de ordem económica, incluindo as exi-

gências de desenvolvimento económico, a produtividade e o interesse em manter um elevado nível de emprego.

Peritos do Conselho da Europa, interpretando a Carta Social, defendem que os salários mínimos não devem ser inferiores a 2/3 do salário médio.

Aplicando esse critério a Portugal, constata-se que o SMN deveria ser

superior a 48 contos em 1991.

Surge por isso como mais que razoável a proposta da CGTP-*IN* da fixação do salário mínimo em 1992 em 50 mil contos. Trata-se dum questão de justiça social, pois, como é sabido, o salário mínimo tem vindo a distanciar do salário médio, (56,5% em 1991 contra 65% em 1984).

MANIF'S 21 DE MARÇO

A CGTP-*IN*, como organização sindical de nível nacional, consubstancia a solidariedade de interesses dos trabalhadores em geral.

No momento presente, tendo em conta o quadro socio-laboral dos problemas existentes, a vontade e aspirações manifestadas pelos trabalhadores através dos seus sindicatos, crescem as razões que justificam o desenvolvimento de uma grande acção a nível nacional, no sentido de traduzir na rua, a firme determinação dos trabalhadores de destruírem de uma vida melhor.

A CGTP decide convocar uma grande acção a nível nacional para o dia 21 de Março, promovendo manifestações de rua em todas as

regiões do País com os seguintes objectivos centrais:

- contra o Acordo, por melhores salários;
- contra o aumento dos impostos e dos preços;
- pela justiça social;
- pela redução dos horários de trabalho;
- pela democratização do ensino e da sociedade.

O Conselho Nacional da CGTP-*IN* apela a todos os trabalhadores, a todos os jovens e reformados, a todos os portugueses que lutam pela justa melhoria das suas condições de vida e de trabalho, pelo progresso e pela democratização da sociedade, para participarem com entusiasmo, determinação e confiança nas grandes manifestações do dia 21 de Março.

MANIF'S 21 DE MARÇO

Lisboa — 14.30 horas — Marquês-Rossio

Estão marcadas manifestações nas principais cidades do País, entre as quais figuram o Porto, Coimbra, Setúbal, Aveiro, Braga, Visue, Faro, Santarém e outras.

Participa • Vem connosco!



Aumento dos preços inviabiliza previsão de inflação do Governo

O aumento dos preços dos produtos essenciais, cujos montantes já foram determinados ou já são conhecidos, vêm confirmar e reforçar as afirmações da CGTP-*IN* de que as metas da inflação calculadas pelo Governo são absolutamente inatingíveis.

Com efeito, os aumentos do leite e do pão, entre 8 e 20%, dos telefones, de 7%, dos transportes urbanos, de 8 a 29%, sendo os dos taxis ainda superiores, das rendas de casa, de 11,5 a 17%, da água com aumentos conhecidos superiores a 8%, sendo os de Lisboa de 12,1%, dos

jornais diários, com aumentos superiores em alguns casos, a 30%, mostram o agravamento que se está a verificar nos preços dos bens e serviços essenciais que são muito superiores aos 8% que o Governo diz ser a taxa esperada da inflação para este ano.

Por outro lado, os preços dos bens sobre os quais haverá alteração da taxa de IVA vão sofrer um duplo agravamento, que é o da própria inflação mais o da taxa de IVA, onde estão abrangidos produtos como bens alimentares, medicamentos, jornais, livros, etc.

Entre os produtos que se sabe irem sofrer aumentos contam-se os me-

dicamentos que também passam a estar sujeitos à taxa de IVA sofrendo, por isso, duplo aumento.

No que respeita ao acesso aos cuidados de saúde, o Governo português prepara-se para aplicar taxas moderadoras, que serão de 300 a 1000\$00.

Com esta panóplia de aumentos não se vê como seja possível ao Governo calcular a taxa de inflação para este ano nos 8%, como apregoa.

Está, assim, cada vez mais claro que, do que se trata, é de limitar o crescimento dos salários, degradando ainda mais o poder de compra dos trabalhadores portugueses, designadamente, dos de mais baixos rendimentos.

8 de Março

Desde 1911 que se comemora o 8 de Março como Dia Internacional da Mulher.

É o dia em que, de forma especial, se relembram as lutas que as mulheres travaram, e continuam a travar, em prol dos seus Direitos no mundo do trabalho, na família, na sociedade em geral.

É o Dia que se aproveita para chamar a atenção para os ainda muitos problemas com que se defrontam as mulheres.

Hoje como ontem a grande batalha continua a ser a da Igualdade.

As mulheres trabalhadoras conseguiram ver reconhecidos muitos e importantes direitos mas grande é ainda a distância entre os princípios e as práticas sociais, políticas e culturais.

Diariamente as mulheres são confrontadas com atitudes e comportamentos discriminatórios de várias ordens e vários níveis.

Saudação

A CGTP-*IN*, através da sua Comissão Nacional de Mulheres, saudá neste 8 de Março e de 1992 todas as mulheres portuguesas, em particular as mulheres trabalhadoras que nos campos, nas indústrias, nos serviços contribuem para o desenvolvimento e progresso do nosso país.

Não pode no entanto esquecer todas aquelas que ainda por razões de desigualdade e de discriminação se vêem impedidas de desenvolver e exercer os seus saberes, talentos e competências na construção de uma sociedade mais justa, solidária, fraterna e mais democrática.

As realidades do nosso quotidiano apelam permanentemente à nossa intervenção.

As nossas responsabilidades, como organização sindical e social, exigem-no.

Por isso, apelamos a todas as mulheres trabalhadoras que reforcem a sua participação na vida sindical, que se sindicalizem e se organizem, que reforcem a CGTP-*IN*, que se empenhem na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Agenda para Março

O mês de Março está repleto de iniciativas. Logo no dia 7, os médicos entram em Congresso. Dia 8 é o Dia Internacional das Mulheres.

A 13 e 14, a Federação dos Têxteis realiza o seu 6.º Congresso, enquanto a 15 a CGTP-*IN* leva a efeito o Seminário Nacional «A Defesa do Consumidor».

Mais tarde, a 26 e 27 é a vez de se realizar o Seminário Nacional «Ambiente e Desenvolvimento» e logo a seguir, dia 28 é o Dia Nacional da Juventude. «Juventude que está na 1.ª Conferência da Interjovem a 28 e 29».

Tudo isto sem contar com as inúmeras lutas programadas. Enfim, um mês cheio.